

BOLETIM DE CONJUNTURA

DIEESE DEPARTAMENTO INTERSINDICAL DE
ESTATÍSTICA E ESTUDOS SOCIOECONÔMICOS

Número 7 - Junho de 2016

Esta publicação visa analisar e debater a conjuntura nacional e internacional e os reflexos sobre o mercado de trabalho, os setores, a renda, as negociações coletivas, os preços etc.

É elaborada pelo Grupo de Conjuntura, que reúne técnicos de diversas regiões do país, para ser divulgada bimestralmente para todas as entidades filiadas.



RETRAÇÃO DA ECONOMIA EM 2016 APROFUNDA DETERIORAÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

Aumenta o desemprego e diminuem os rendimentos reais dos trabalhadores

Os indicadores mais gerais de desempenho apontam, em 2016, para a deterioração geral do mercado de trabalho, com aumento do desemprego e queda nos rendimentos reais dos trabalhadores e trabalhadoras¹. Esse comportamento é resultante do processo recessivo em que se encontra a economia brasileira, também refletido no desempenho do Produto Interno Bruto (PIB), divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 1º de junho.

O PIB teve variação negativa de 0,3% na comparação entre o primeiro trimestre de 2016 e o quarto trimestre de 2015. Foi o quinto trimestre seguido de contração. Na comparação com o mesmo período de 2015, a queda foi de 5,4% - oitava retração seguida nesse tipo de comparação.

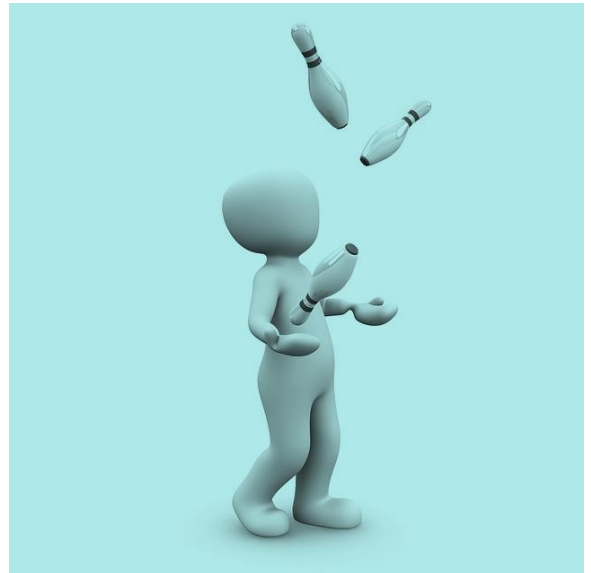
Na comparação do primeiro trimestre de 2016 com os três meses iniciais de 2015, houve queda generalizada nos diversos setores da economia: a agropecuária teve retração de 3,7%; a indústria de transformação caiu 10,5%; a construção recuou 6,2%; a indústria extrativa mineral retraiu 9,6%; os serviços apresentaram contração de 3,7% e o comércio, de 10,7%.

Pelo quinto trimestre seguido, todos os componentes da demanda interna apresentaram resultados negativos. A despesa de consumo das famílias diminuiu 6,3%, resultado explicado pela deterioração dos indicadores de inflação, juros, crédito, emprego e renda ao longo do período. Já a formação bruta de capital

¹ Para uma análise mais detalhada sobre o comportamento recente do mercado de trabalho, ver: DIEESE. **Impactos da recessão econômica e do ajuste fiscal sobre o mercado de trabalho no Brasil**. São Paulo: DIEESE, maio 2016 (Nota Técnica, 159).

fixo (taxa de investimento) caiu 17,5%, a oitava queda consecutiva, ficando em 16,9% do PIB no primeiro trimestre de 2016, abaixo do observado no mesmo período do ano anterior (19,5%).

As exportações de bens e serviços cresceram 13,0%, enquanto as importações de bens e serviços recuaram 21,7%, ambas influenciadas pela desvalorização cambial de 37% e pelo fraco desempenho da atividade econômica registrado nos primeiros três meses de 2016, na comparação com o mesmo período de 2015.



A recessão econômica em curso resulta de uma conjunção de fatores, de origem externa e interna, conforme indicado no Boletim de Conjuntura nº 6, de março de 2016.

Externamente, podem ser destacados o fraco desempenho das economias europeias e japonesa e a desaceleração observada na China. Tais eventos repercutem diretamente sobre o nível de comércio mundial, reduzindo os mercados para os produtos de exportação e, conseqüentemente, provocando queda no preço das *commodities* (produtos de pequena diferenciação e pouco processamento industrial, negociados amplamente no mercado internacional). Isso atinge duramente países com alta dependência da exportação desses produtos, como é o caso do Brasil (com a soja, o minério de ferro, o petróleo bruto etc.).

Internamente, os principais fatores ainda são de ordem política e a opção por medidas econômicas de austeridade. A impossibilidade de o governo estabelecer base mínima necessária de apoio parlamentar levou a uma situação de crescente instabilidade e, a partir de certo momento, à incerteza inclusive quanto à própria sustentação do mandato.

Por sua vez, a adoção de um conjunto de medidas econômicas visando ao reequilíbrio fiscal, principalmente pela via do corte de gastos públicos, e a dificuldade de aprovar no Congresso medidas de aumento de receitas resultaram, ao contrário, em crescente desequilíbrio, devido ao aprofundamento da retração da atividade econômica. Isso gerou um círculo vicioso de queda da atividade e da arrecadação e de aumento do déficit primário (receitas menores que despesas, exclusive o pagamento de juros da dívida). A situação foi agravada pela alta abrupta de preços administrados pelo governo federal e pela forte desvalorização cambial, o que fez a taxa de inflação atingir outro patamar.

Os impactos das ações capitaneadas pelo ex-ministro da Fazenda, Joaquim Levy, foram amplificados pela atuação do Banco Central (Bacen), que já havia iniciado novo processo de elevação sistemática e vigorosa dos juros², a fim de conter a alta de preços. Ademais, em 2014 e 2015, o Bacen realizou caras operações

² Entre e outubro de 2014 e agosto de 2015, os juros básicos foram elevados de 11,00 a 14,25% ao ano.

financeiras para tentar conter a especulação com o dólar e a instabilidade do real. Disso resultaram a expansão das despesas com juros³ e a elevação da dívida pública federal.

Assim, a incerteza decorrente dos problemas políticos agudos pelas quais o país passava, somada à piora nas expectativas em razão das políticas fiscal e monetária contracionistas, produziu uma aceleração da queda, já em curso, do nível de investimentos (privados e públicos). O consumo das famílias também experimentou diminuição importante, afetado negativamente pela redução da renda - em razão da elevação do desemprego e da corrosão inflacionária do poder de compra dos salários - e a contração do crédito. Os gastos do governo, por sua vez, foram mais recentemente reduzidos, devido aos problemas fiscais já mencionados. Restou, como contraponto insuficiente, a melhora no saldo comercial com o exterior, resultado da recessão e da desvalorização cambial.

O QUE ESPERAR PARA O PRÓXIMO PERÍODO?

No plano internacional, organismos multilaterais, como Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e Fundo Monetário Internacional (FMI), revisaram para baixo as



previsões sobre o crescimento do PIB global em 2016 e 2017⁴. A recuperação é lenta e frágil e a demanda por protecionismo aumenta como possível resposta aos problemas enfrentados pelas populações dos países mais avançados.

Os países da União Europeia (UE), como dito na última edição deste Boletim, continuam às voltas com baixo crescimento, baixas taxas de inflação e taxas de juros oficiais próximas a zero, senão negativas. Os problemas de ordem (geo)política⁵ também têm impactado negativamente sobre as projeções econômicas para esses países e reduzido o apetite pela realização de investimentos produtivos. Os Estados Unidos também tiveram reduzidas as previsões sobre crescimento para 2016 e 2017 e a esperada alta da taxa de juros do país pode ser novamente adiada. Adicionalmente, os EUA enfrentam grande incerteza política, com a chegada das eleições presidenciais. Já a economia da China, maior parceiro comercial do Brasil, apesar de ainda crescer muito acima da maioria dos países, continua em desaceleração e voltando-se cada vez mais para o mercado interno, o que impacta negativamente sobre os países exportadores de *commodities*, especialmente as de origem mineral, como o Brasil.

³ Nos 12 meses findos em março de 2016, as despesas com o pagamento de juros nominais do Setor Público Consolidado alcançaram o valor de R\$443,3 bilhões.

⁴ Segundo as últimas projeções do FMI, de abril de 2016, espera-se um crescimento da economia mundial de 3,2 e 3,5%, para os anos de 2016 e 2017, respectivamente.

⁵ Por exemplo, em junho, os ingleses decidem, num plebiscito, se permanecem ou não na UE.

Nos últimos meses, houve certa recuperação nos preços de alguns dos produtos primários exportados pelo Brasil (como a soja), mas, na comparação com o último patamar mais elevado, verificado em 2011, a redução é enorme e, diante das incertezas em nível internacional, nada garante que não possa haver nova inflexão ou que o “novo” teto seja mesmo bem mais baixo. Não há porque esperar, portanto, melhora significativa no plano internacional. O baixo crescimento e a instabilidade dão a tônica ao futuro próximo.

Na frente política interna, os primeiros meses do ano produziram grande mudança, embora não possa ser considerada, por enquanto, definitiva. O Boletim de março afirmava que estava em curso uma disputa pelo controle do Estado e pela (re) definição dos próprios rumos que o país deveria seguir. Há ainda a afirmação que um dos principais problemas do governo federal residia na frágil base parlamentar, além dos impactos imprevisíveis da operação Lava Jato.

Pois bem, neste exato momento, o país encontra-se sob a presidência interina do vice-presidente da República, Michel Temer. A presidenta Dilma Rousseff foi afastada por até 180 dias, período em que os senadores confirmarão ou não o impedimento da governante. A substituição, ainda que interina, tem produzido uma série de mudanças que dão corpo a uma verdadeira guinada na orientação da atuação governamental, em comparação com o que prevaleceu por mais de uma década no país.

Até o fechamento deste Boletim, algumas medidas já foram tomadas ou anunciadas e outras foram apenas mencionadas em falas de representantes do governo. No primeiro grupo, cabe destacar as mudanças na estrutura do governo, com a fusão e extinção de ministérios, a elevação da meta de déficit primário para 2016, o congelamento das despesas primárias no nível de 2016, revisão e cortes em programas sociais⁶, decisão de alienar patrimônio e intensificar a concessão de serviços públicos⁷, revisão do tamanho e papel do BNDES, entre outras. Chama a atenção, nesse caso, a absorção da Previdência⁸ pelo Ministério da Fazenda, área que antes estava ligada ao Ministério do Trabalho (Ministério do Trabalho e Previdência Social), o que faz parecer que a questão previdenciária deixa de ter uma dimensão social para ser igualada a qualquer outra despesa de custeio do governo. A Desvinculação de Receitas da União (DRU) em 30% constitui também outra fonte de preocupação, uma vez que a educação e a saúde públicas podem perder parte dos recursos do orçamento, que eram obrigatórios por lei.

⁶ Caso dos subsídios à faixa de mais baixa renda do Programa Minha Casa Minha Vida.

⁷ Conforme a Medida Provisória 727.

⁸ O Ministério da Previdência e Assistência Social havia se fundido ao Ministério do Trabalho e Emprego no início de 2016, surgindo o Ministério do Trabalho e Previdência Social, agora, novamente desmembrado pelo governo interino.

Quanto às medidas apenas indicadas, a serem ainda confirmadas, os destaques, do ponto de vista dos trabalhadores, ficam com a reforma da Previdência, cujos objetivos passam por alterar as regras para aposentadoria⁹ e corrigir benefícios previdenciários, e a reforma da legislação trabalhista.

São alterações profundas que serão analisadas em publicação específica. Cabe, porém, considerar que a situação de interinidade, a proximidade das eleições municipais, as limitações orçamentárias e a probabilidade de acirramento de outras fontes de incerteza de natureza política podem complicar o trâmite e a aprovação de tais propostas no Congresso. Há muitas manifestações de contestação do governo atual por parte de atores



sociais contrariados, seja pelo processo impeachment ou pelas medidas que estão sendo anunciadas. Talvez seja muito cedo, portanto, para fazer uma afirmação mais definitiva sobre este cenário. Além disso, está em aberto o que pode vir a ocorrer com a Operação Lava Jato¹⁰, a julgar pelas informações mais recentes veiculadas na mídia. Caminha para o fim ou pode seguir produzindo impactos diretos ou indiretos - pelos desdobramentos em outras instâncias do Judiciário - sobre o governo interino?

Quanto à situação macroeconômica, cabe destacar algumas mudanças importantes, relativamente ao final de 2015. A redução da inflação, já observada, provavelmente vai se consolidar. A projeção feita pelo Bacen situa a variação acumulada do IPCA para 2016 em nível ao redor dos 7%. Para 2017, espera-se queda adicional, localizando a taxa de inflação próxima ao centro da meta definida, de 4,5%.

Esta trajetória de queda resulta, principalmente, de dois fatores: o fim dos choques provocados pela alta nos preços administrados (especialmente energia elétrica e derivados de petróleo) e pela forte desvalorização cambial; e a aguda contração econômica - a mais recente projeção do Bacen aponta para nova queda do PIB em 2016, de 3,5%.

Além da redução potencial das perdas inflacionárias, abre-se a possibilidade de outra mudança importante no cenário econômico: uma inflexão na trajetória da taxa básica - e demais taxas - de juros. Em sua última reunião, o Copom manteve a taxa básica de juros no elevado patamar de 14,25% ao ano. A dúvida reside sobre quando esta inflexão será iniciada.

Também tem se consolidado nos últimos meses uma melhora substantiva nas contas externas brasileiras, em razão, fundamentalmente, da desvalorização cambial ocorrida a partir da virada de 2014 para 2015. Mês

⁹ No momento, há um grupo de trabalho que envolve o governo e representantes de seis Centrais Sindicais (CSB, Força Sindical, NCST e UGT), para discutir os termos de uma possível reforma previdenciária.

¹⁰ No *Boletim de Conjuntura* de março de 2016, foram abordados os principais impactos negativos desta operação sobre a atividade econômica, principalmente sobre os setores de petróleo e gás e da construção civil.

a mês, os resultados da balança comercial brasileira têm se tornado mais positivos. Efeito importante desta melhora foi a reversão do crescente déficit nas contas correntes brasileiras. As projeções indicam queda forte até o fim de 2016, afastando do horizonte preocupações com a solvência externa do país.

A desvalorização cambial vem promovendo o aumento da competitividade de setores exportadores nacionais, o que já começa a ser percebido no nível de produção de alguns segmentos que aumentam o valor exportado, como o calçadista, o têxtil, de alimentos, máquinas e equipamentos, derivados de petróleo, veículos automotores, reboques e carrocerias, entre outros.

Ademais, os números da indústria para março de 2016 mostram alguma melhora localizada setorialmente, apesar da forte queda na comparação anual. O setor agropecuário que, ao contrário dos demais, havia dado contribuição positiva para a sustentação do produto nacional em 2015, registrou recuo neste primeiro trimestre, embora as projeções para o ano sejam de estabilidade em relação ao ano passado.

Assim, diante deste cenário, há razões para dizer que se chegou ao fundo do poço? Não. Talvez estejamos diante de uma redução no ritmo de piora, mas há, ainda, uma série de estrangulamentos à frente, antes de se vislumbrar a retomada do crescimento. Os problemas fiscais que se abatem nos três níveis de governo permanecem sem solução próxima. Embora tenha sido aprovada a revisão para baixo da meta de resultado primário, admitindo um déficit bastante maior, de R\$ 170,5 bilhões, não se deve esperar, todavia, uma reação da demanda agregada baseada num aumento vultoso do gasto público¹¹.

Por sua vez, não está à vista, no curto prazo, expansão no consumo das famílias. A queda na inflação pode trazer algum alívio aos salários reais, mas o desemprego, a inadimplência e o crédito escasso e caro¹² ainda serão um muro de contenção do consumo, especialmente de bens duráveis.

Como já dito, alguns segmentos têm conseguido aumentar o volume exportado. Preocupa, entretanto, a recente revalorização da moeda nacional¹³, ainda mais se este instrumento vier a ser usado novamente para acelerar a queda da inflação. Caso isso não ocorra, mesmo assim, é difícil imaginar uma retomada baseada somente no aumento das exportações¹⁴, considerando o quadro da economia internacional e o peso do produto exportado no PIB brasileiro.

¹¹Também está em discussão no Congresso Nacional o Projeto de Lei Complementar 257, que, entre outras atribuições, trata do refinanciamento das dívidas dos estados e Distrito Federal, o que poderia significar algum alívio para as contas estaduais. Contudo, recentemente, o governo retirou a urgência na tramitação do Projeto. Para mais informações, ver: DIEESE. **O Projeto de Lei Complementar 257/2016 e os Trabalhadores no Serviço Público**. São Paulo: DIEESE, abril, 2016. (Nota Técnica 158)

¹²A taxa média de juros para pessoas físicas continuou crescendo no primeiro trimestre e chegou ao percentual de 69,19% ao ano, em março de 2016.

¹³O pico da desvalorização cambial recente, de 45,5% sobre a taxa real efetiva de junho de 2014, ocorreu em setembro de 2015. Em março de 2016, aquele percentual já havia sido reduzido a 21,0%.

¹⁴A melhora nas contas externas, por enquanto, não reflete aumento das exportações, mas, sim, queda forte nas importações.

E o que dizer dos investimentos? Pela via do setor público, as restrições fiscais tendem a prevalecer. No que se refere às grandes investidoras estatais, tanto Petrobras como Eletrobras enfrentam enormes constrangimentos. A Petrobras, mais uma vez, reviu para baixo os planos de investimento. No setor privado, a insuficiência de demanda interna e externa e a incerteza, muito além da usual, devem continuar fazendo com que as decisões de investir sejam adiadas. O anúncio de medidas visando à efetivação de novas concessões de serviços públicos e os compromissos de investimentos a elas relacionados não são algo de execução trivial e é preciso confirmar se, de fato, haverá interesse em participar deste processo, especialmente de capitais internacionais¹⁵.



O país está diante de uma situação bastante desafiadora, para se dizer o mínimo. Um quadro internacional adverso, muita incerteza no âmbito político interno, brutal reorientação da atuação estatal, contas públicas debilitadas e um segundo ano de forte retração da atividade econômica. Adicionalmente, continuam em curso projetos com elevado impacto negativo sobre os direitos dos trabalhadores e sobre as perspectivas de promoção de um processo de desenvolvimento inclusivo. Vale citar, por exemplo, a regulamentação da terceirização, o projeto da prevalência do “negociado sobre o legislado”, o avanço do projeto que flexibiliza o conceito de trabalho análogo à escravidão e o que altera regras relativas ao papel da Petrobras como operadora única na exploração das jazidas do pré-sal¹⁶.

Nesse ambiente, os trabalhadores e suas famílias, que têm sofrido há algum tempo com o desemprego e a queda dos salários, vão provavelmente ter que lidar com a piora nas condições de funcionamento do mercado de trabalho brasileiro e das políticas públicas (de educação, saúde, moradia, assistência, previdência). O alívio trazido pela queda na inflação não será suficiente para compensar a alta que deverá acontecer no nível de desemprego e a deterioração das condições para a realização das negociações coletivas. Além disso, adentra-se em um período de potenciais mudanças de ordem estrutural nas relações de trabalho no país. São alterações que podem mexer em regras vigentes desde a primeira metade do século passado.

Muitas dessas mudanças têm sido justificadas pela atual conjuntura econômica que, em boa medida, relaciona-se a uma crise mais geral do capitalismo mundial. Essas justificativas, no entanto, são indevidas, pois o ônus dos ajustes não atinge igualmente toda a sociedade. São os trabalhadores e as classes de rendas mais baixas que acabam suportando todo o peso dos ajustes.

¹⁵ Esta parece ser a principal “aposta” do governo interino para promover a retomada do investimento.

¹⁶ A esse respeito, ver o Boletim de Conjuntura de março de 2016. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/boletimdeconjuntura/2016/boletimConjuntura006.pdf>



Direção Executiva

Presidente: Zenaide Honório - Sindicato dos Professores do Ensino Oficial do Estado de SP

Vice-presidente: Luís Carlos De Oliveira - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de São Paulo Mogi das Cruzes e Região - SP

Diretor Executivo: Alceu Luiz dos Santos - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas de Máquinas Mecânicas de Material Elétrico de Veículos e Peças Automotivas da Grande Curitiba - PR

Diretor Executivo: Alex Sandro Ferreira da Silva - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Material Elétrico de Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Bernardino Jesus de Brito - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de SP

Diretora Executiva: Cibele Granito Santana - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias de Energia Elétrica de Campinas - SP

Diretor Executivo: Josinaldo José de Barros - Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias Metalúrgicas Mecânicas e de Materiais Elétricos de Guarulhos Arujá Mairiporã e Santa Isabel - SP

Diretora Executiva: Mara Luzia Feltes - Sindicato dos Empregados em Empresas de Assessoramentos Perícias Informações Pesquisas e de Fundações Estaduais do RS

Diretora Executiva: Maria das Graças de Oliveira - Sindicato dos Servidores Públicos Federais do Estado de PE

Diretor Executivo: Nelsi Rodrigues da Silva - Sindicato dos Metalúrgicos do ABC - SP

Diretor Executivo: Paulo de Tarso Guedes de Brito Costa - Sindicato dos Eletricitários da Bahia

Diretora Executiva: Raquel Kacelnikas - Sindicato dos Empregados em Estabelecimentos Bancários de São Paulo Osasco e Região - SP

Diretor Executivo: Roberto Alves da Silva - Federação dos Trabalhadores em Serviços de Asseio e Conservação Ambiental Urbana e Áreas Verdes do Estado de SP

Direção Técnica

Diretor técnico: Clemente Ganz Lúcio

Coordenadora executiva: Patrícia Pelatieri

Coordenadora administrativa e financeira: Rosana de Freitas

Coordenador de educação: Nelson de Chueri Karam

Coordenador de relações sindicais: José Silvestre Prado de Oliveira

Coordenador de atendimento técnico sindical: Airton Santos

Coordenadora de estudos e desenvolvimento: Ângela Maria Schwengber

Equipe Responsável

Adhemar Mineiro

Airton Santos

Clóvis Scherer

Frederico Melo

Jose Álvaro Cardoso

Paulo Jäger

Thomaz Ferreira Jensen